ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL MAPINGUARI – Ano 2023

Às 08:32 horas do dia 18 de outubro de 2023, de maneira presencial na Sala Rio Acre (Salão Nobre) do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, localizado na Av. Lauro Sodré, 6500 - Bairro Aeroporto, Porto Velho - RO, CEP 76803-260, reuniram-se os membros representantes e convidados das instituições pertencentes ao Conselho Consultivo do PARNA Mapinguari: Áquilas Ferreira Mascarenhas, Chefe do NGI ICMBio Porto Velho; Tatiane Rodrigues Lima, Analista do ICMBio; Adriana Assunção de Carvalho, Chefe Substituta do NGI ICMBio Porto Velho; Abílio Alberto Silva Leite Ikeziri, Chefe da Proteção e Fiscalização do NGI ICMBio Porto Velho; Nicole Oliveira Pereira da Silva, Maria Jéssica Tupinambá, Bárbara Costa Carvalho, Vanessa Soares de Oliveira, Sthefany Maria Campos da Silva, Ana Carolina Ferreira Moraes, Renata Silva Almeida, Henrick Ferreira de Sousa Coutinho, Bruno Alecsandro P. Da Silva, Vanessa Carvalho Cação, Rodrigo de Macêdo Mello e Oder Henrique Coutinho Rodrigres, estes servidores do NGI ICMBio Porto Velho. E como conselheiros compareceram: Sebastião Cardozo Santiago, representante da Aldeia Irmã Cleuza (TI Caetitu); Raimundo Nonato da Silva Barbosa, Jeronias Rodrigues da Silva e José Francisco Felício da Silva, representantes da Comunidade de Castanheiros do Rio Umari; Antônio Soares de Oliveira, representante da Comunidade Nossa Senhora do Carmo – BR 230; Laureni Barros Flores, representate da APADRIT (RESEX Ituxi); Maria Terezinha L. Barbosa, representante do INCRA; Antônio Pereira de Sousa, representante da ASSAJAMU; Raimundo Nonato Duarte Amâncio, representante da UEA Lábrea;; Irismar Monteiro e Ivone Mendes, representantes da APRUC; Silvia Gonçalves, Ana Maria de M. Lemos e Kleber Demanchi, representantes da SEDAM; Izac da Silva, representante da FUNAI; Paulo Henrique Bonavigo, representante da Ecoporé; Maria Madalena de A. Cavalcante, representante da UNIR; Maria Ivonete V. de O. Carvalho; e José Andrade, representante da COOGAMPA. E como convidados compareceram: Raimundo Cajueiro Leandro, represente do INPA/RO, Samuel dos Santos Monteiro; Michel Ohara e João Borges, representantes da JIRAU. O presidente do Conselho, Áquilas Mascarenhas, se apresentou e iniciou a reunião dando boas-vindas a todos os presentes, também expos de maneira geral a composição do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Porto Velho, no qual o PARNA Mapinguari faz parte, em seguida cada participante presente na reunião se apresentou. Ao retomar a palavra, o Sr. Áquilas declarou aberta a reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional Mapinguari, com 14 instituições presentes. O mesmo seguiu informando a programação da manhã, e perguntou se alguém teria alguma pauta a complementar que seria abordada no final. O Sr. Irismar, representante da APRUC, informou que gostaria de falar sobre a situação dos quelônios no PARNA. O Sr. Áquilas informou que o tema será abordado ao final das pautas da reunião e fez acordos de convivência, informando regras para o bom andamento da reunião, sendo elas: manter o celular no modo silencioso, respeitar a fala do outro e a ordem de inscrição para fazer contribuições.

Seguindo a programação o Sr. Áquilas começou a apresentação do NGI Porto Velho, mostrando suas características e modelo de gestão, sendo sua data de criação 11 de maio de 2020, composto por de seis unidades de conservação federal, sendo elas o PARNA Mapinguari, PARNA Nascentes do Lago Jari, FLONA Balata-Tufari, FLONA Humaitá, FLONA Bom Futuro e FLONA Jamari, abrangendo os estados do Amazonas e Rondônia, somando um território total de gestão de 4.4 milhões de hectares, onde o PARNA Mapinguari tem um pouco mais de 1.700.000 mil hectares. O mesmo seguiu apresentando como funcionava a gestão antes desse novo modelo, onde havia déficit de servidores ficando algumas UCs sem nenhum responsável, por isso surgiu a ideia de agrupar unidades para somar esforços, o que trouxe benefício para as unidades que estavam mais desamparadas em número de servidores, mas trouxe certa dificuldade para as UCs que já se encontravam mais estruturadas, como é o caso do PARNA Mapinguari, onde servidores precisaram dividir suas responsabilidades com outras demandas. O Sr. Áquilas seguiu sua apresentação expondo informações sobre o PARNA Mapinguari, o planejamento de proteção baseado nas características dos enclaves de vegetação campestre e de savanas presentes no parque, tendo em vista a necessidade de proteção da biodiversidade e implementação de uso público. Após isso apresentou um panorama das queimadas no parque desde 1984, informando que o NGI tem agora um gerente do fogo em sua gestão, que estuda e elabora estratégias para proteção, baseado nos usos da nova temática do manejo integrado do fogo, a servidora Bárbara Costa, nova coordenadora da temática dentro dessa concepção nova, a nova estrutura de NGI, possuindo mais de 60 servidores, permite isso. A Sra. Silvia, representante da SEDAM, perguntou se esse número de servidores era o total do ICMBio de Porto Velho. O Sr. Áquilas respondeu que não, que esse número pertence somente ao NGI Porto Velho, que dentro da Coordenação Regional possui mais NGIs responsáveis por outras unidades de conservação, aumentando assim o número de servidores em Porto Velho/RO. O Sr. Áquilas seguiu a apresentação expondo os programas de recursos que contribuem financeiramente para o PARNA, Além disso apresentou também o projeto de compensação ambiental da Santo Antônio Energia por meio de um Termo de Compromisso, e o Acordo de Cooperação Técnica da Jirau Energia, que são exemplos de recurso não governamentais, que chegam através de licenciamento ou compensação, e também fomentam todas as áreas temáticas do NGI tento valores específicos para macroprocessos, onde o conselho pode sugerir reuniões para entender melhor esse tema e suas aplicações. O mesmo seguiu trazendo um contexto geral das outras UCs pertencentes ao NGI, e apresentou as principais infrações ambientais que ocorrem no PARNA, sendo elas de extração ilegal de madeira, invasão, grilagem e desmatamento e garimpo. O Sr. Antônio, representante da ASSAJAMU, perguntou se o NGI Porto Velho abrange todas as áreas do Amazonas, pois observou que nem todas do município de Lábrea/AM fazem parte. O Sr. Áquilas respondeu explicando que o NGI tem áreas dentro do município, mas não abrange todo seu território. O Sr. Raimundo, representante da UEA, esclareceu que acha que o colega quis dizer que sentiu falta de duas unidades RESEX Ituxi e Médio Purus, porque elas estão fora do NGI Porto Velho. O Sr. Áquilas respondeu que foi a medida tomada pelo

ICMBio regional, e que apesar de não estarem no NGI Porto Velho, fazem parte da mesma Gerencia Regional, dentro do NGI Lábrea. O Sr. Antônio, perguntou sobre a especulação de posseiros dentro do PARNA que querem vender suas áreas para compensação de reserva legal para terceiros, se isso é possível. O Sr. Áquilas respondeu que essa análise é mais bem feita pelo setor de regularização fundiária analisando cada caso, que existem processos de indenizações, bem como os parâmetros de uso da terra nos casos de moradores tradicionais, e que eles não podem vender para terceiros, finalizou informando que demandas específicas podem ser passadas pelos canais de atendimento do NGI. O Sr. Kleber, analista e representante da SEDAM, perguntou como funciona os setores dentro do NGI. O Sr. Áquilas respondeu que dentro do NGI existe a coordenação proteção, fiscalização, socioambiental, monitoramento, regularização fundiária, e de gestão de meios. A Sra. Adriana, Chefe Substituta do NGI Porto Velho, tomou a palavra para complementar que não existe uma coordenação para cada unidade, cada coordenação é responsável por todas as UCs pertencentes ao NGI. O Sr. Kleber também perguntou se os resultados desse modelo de gestão são positivos, pois estão analisando modelos para implementar na SEDAM, se quando foi mudado para essa forma as coordenações já vieram estabelecidas. O Sr. Áquilas respondeu informando que por coordenação, depois que mudaram para núcleos de gestão o próprio NGI Porto Velho criou um regimento interno organizando as coordenações. A Sra. Adriana tomou a palavra ressaltando a importância de olhar a localização geográfica quando forem implementar esse modelo de gestão, e que estamos a disposição caso queira mais informações. O Sr. Kleber informou que tem interesse e agradeceu. O Sr. Áquilas retomou a palavra informando do andamento das atividades relacionadas ao termo de compromisso com a Santo Antônio Energia, e acordo com a Jirau Energia, apresentando as obras de infraestrutura, e os projetos da nova base dentro do PARNA. Informou também que em outro momento podemos apresentar esses andamentos, que em março de 2024 é a previsão de entrega da nova base, e os planos são de fazer a próxima reunião do conselho já na nova base, finalizando assim sua apresentação e passando a palavra para o Sr. Abílio, responsável pela proteção do NGI ICMBio Porto Velho. O Sr. Abílio iniciou sua apresentação se apresentando, e informando como funciona a coordenação de proteção e quem contribui desde o atendimento ao público, até as ações efetivas de fiscalização. O mesmo seguiu informando o tamanho do PARNA, e explicando a importância do comando e controle da UC, sendo isso fundamental para o funcionamento de todos os setores da UC. Informou também que ele assumiu essa coordenação em 2022, e que precisou analisar e mapear todo o parque para entender as zonas de maior pressão, onde nessa análise foi verificado que se o parque continuasse com os mesmos parâmetros, em 2023 haveria um aumento de 73% de desmatamento, de acordo com a projeção feita de 2021-2022. O Sr. Abílio seguiu informando que as principais infrações ambientais ocorridas no parque são de extração ilegal de madeira, seguida por invasão, grilagem e desmatamento, e que foram pensadas estratégias por fases para sanar os maiores problemas, sendo a fase 1 de identificação de regiões sensíveis, a fase 2 de ocupação estratégica territorial, a fase 3 de controle do território e a fase 4

de implementação de programas de gestão. O mesmo seguiu expondo que em 2023 foram programadas 30 ações de fiscalização no NGI, sendo só 5 na Mapinguari, devido às limitações logísticas visto as necessidades das outras UCs. Apresentou também a implantação da base avançada Mapinguari-Sul, com o objetivo de manter uma equipe de fiscalização constante em local estratégico para conter a extração ilegal de madeira e o processo de invasões e desmatamento do PARNA, e que apesar de não conseguirem manter a base o tempo esperado, devido à falta de apoio policial, os resultados preliminares em 30 dias de atividade apontam uma considerável redução no risco de desmatamento no interior do parque. O Sr. Irismar, ressaltou as atividades econômicas da região voltadas ao comércio de madeira, e perguntou se não deveria ser visto uma forma de regularizar essas madeireiras. O Sr. Abílio respondeu que o ICMBio tem a função de evitar que venham para dentro das unidades cometer práticas ilegais, não a função de transformar algo ilícito em legal, sendo o empreendedor responsável por buscar a legalidade e assim evitar que ocorra a infração ambiental. Apresentou exemplos da FLONA Jamari, onde foi verificado que madeireiros ilegais que atuavam na área de Cujubim/RO, depois das ações de controle foram exercer essas atividades no PARNA Mapinguari, concluindo assim que não vê que essas pessoas querem se regularizar, devido ao custo e investimento pra isso. O Sr. Irismar tomou a palavra, informando que a pergunta não foi com a intenção de criticar o trabalho do ICMBio, mas exemplificou o caso da RESEX Ituxi, onde o ICMBio foi parceiro para implementação do manejo na unidade. O Sr. Abílio respondeu informando que entende a questão e que ele está falando do plano de manejo comunitário de baixo impacto na RESEX Ituxi, mas cada UC tem sua política de gestão. O Sr. Áquilas tomou a palavra para esclarecer que também entendeu o que foi proposto, mas é preciso entender a categoria do parque, que é de proteção integral, criado para conservação da biodiversidade, mas podemos analisar exemplos de uso público, como no PARNA do Iguaçu, que possuiu concessão de várias atividades que trazem retorno econômico para a população, o que é um sonho para o Mapinguari e estamos trabalhando para chegar nessa realidade. O Sr. Abílio seguiu sua apresentação expondo o setor sul do parque, onde se encontra maior parcela de danos e explicou a decisão da localidade da base sul, que foi escolhida estrategicamente para minimizar os ilícitos em todas as áreas observadas. Apresentou também a estrutura e logísticas gerais para implementação dela, que não funcionou todos os dias previstos, pois devido as dificuldades da região as equipes de policiais optaram por cortar o apoio, sendo optado após isso a retirado toda da implementação, apesar disso os resultados se mantem. O Sr. Kleber, representante da SEDAM, perguntou se os policiais recebiam diária para isso. O Sr. Abílio informou que sim, os policiais que foram são da Força Nacional e eles recebem diária pela união. Em seguida o Sr. Abilio apresentou os resultados das atividades da base sul, demostrando que a presença institucional reduziu significativamente os ilícitos na região. O Sr. Áquilas tomou a palavra informando que esses resultados nos tornaram exemplo na redução do desmatamento, visto que no panorama nacional a tendência de desmatamento no país era só aumentar, mas no Mapinguari isso foi reduzido, o que trouxe um olhar positivo para o parque, mostrando que as estratégias

implantadas funcionaram muito bem. O Sr. Abilio continuou informando que as mesmas coisas foram implantadas em outras UCs do NGI, o que tirou a gente do ranking de piores unidades do Brasil no quesito desmatamento, apresentando projeções futuras positivas. O Sr. Kleber perguntou se o ICMBio sofreu retaliação dos madeireiros enquanto estavam na base sul. O Sr. Abílio informou que não, que geralmente os madeireiros querem que o ICMBio se retire logo, então evitam confronto, e isso faz parte da estratégia, a intenção coibir a saída do produto para que as madeireiras fechem. A Sra. Silvia, representante da SEDAM, perguntou quantas madeireiras foram fechadas no Abunã. O Sr. Abílio respondeu que nenhuma, pois não conseguiram manter a base por mais dias em virtude dos problemas que levaram a retirada da polícia, e assim não tivemos condições de permanecer no local. Mas sabemos que tem esse efeito de fechada das madeireiras com o exemplo que tivemos com as mesmas ações da FLONA Jamari, que reduzirem de 56 madeireiras em 2015 pra mais ou menos 6 em Cujubim/RO agora em 2023. O Sr. Abílio seguiu explicando que o ICMBio não tem a competência de atuar nas madeireiras diretamente, por isso traçamos essas estratégias indiretas. Expôs também os dados de 2023 que mostram as projeções de desmatamento, indicando que quando o ICMBio desfez a base sul, alguns focos de desmatamento voltaram, mas foram feitas atividades retornando aos locais para parar as infrações, e todas essas ações apontam para uma redução de 97% de desmatamento no próximo ano. O Sr. Áquilas, tomou a palavra para esclarecer que essas projeções são calculadas por um algoritmo, por isso sabemos essas informações. A Sra. Adriana perguntou se esses dados são públicos. O Sr. Abilio respondeu que o trabalho dentro da plataforma é mais restrito, mas que eles divulgam notas informativas para o ICMBio. E finalizou apresentando os exemplos de melhoria na FLONA Jamari, onde foi feita a mesma estratégia com a base móvel, depois estruturação de uma base fixa onde a equipes de fiscalização permanecem até hoje, o que fez com que a ilegalidade praticamente acabasse e os processos de concessão fossem realizados devidamente, hoje a área é controlada, os ilícitos são resolvidos pontualmente e de maneira mais rápida, sem necessidade de investimentos muito altos. Seguiu expondo que no mesmo sentido o NGI possuía problemas de invasão e extração ilegal de madeira dentro da FLONA Bom Futuro, onde analisando suas peculiaridades foi seguida estratégias de tomada de território, saindo de uma das cinco piores unidades do país para a top em redução de desmatamento. Seguiu informando que proteção não é só colocar polícia dentro da UC, mais bolar estratégias para fazer toda a gestão funcionar, onde os demais setores possam trabalhar com segurança trazendo resultados positivos para todos os impactados. Exemplificou que em casos de denúncias, todas são avaliadas, principalmente as que mexem com as populações tradicionais, onde avaliamos o que realmente é melhor tanto pra ser feito no momento, quais os resultados que serão gerados pensando em um todo, e destacou as dificuldades logísticas devido à distância. O Sr. Áquilas reiterou que existe uma programação de prioridades, mas não vamos abandonar nenhuma solicitação, sabemos das informações e não deixaremos a situação se agravar, e é necessário que todos entendam que é feito isso dentro de estratégias que o NGI está atuando. O Sr. Abilio retomou informando que realmente nem sempre a resposta será imediata,

mas que está sendo trabalhado para que todas as demandas sejam atendidas. O mesmo seguiu informando que ainda existe a intenção de implementar uma base fixa no sul do PARNA Mapinguari com ajuda de órgãos parceiros e estratégias operacionais, e apesar de não termos conseguido avançar conforme planejado, já concluímos que é o caminho a ser seguido para a tomada geral do território. O Sr. Abílio encerrou sua apresentação agradecendo a atenção e se colocando à disposição para sanar dúvidas e ouvir comentários adicionais. A Sra. Madalena, representante da UNIR, tomou a palavra para parabenizar o trabalho do NGI, e acrescentou que acha interessante a unificação com outros órgãos no planejamento de estratégias, para trazer ainda mais respostas positivas as populações envolvidas, pensando também na importância das atividades econômica na região. O Sr. Abílio informou que tudo isso é pensado, e os resultado positivos já obtidos ajudam nessas comunicações para conseguir apoio, mas é necessário entender as fases dos processos de gestão. A Sra. Madalena perguntou se não seria melhor permanecer com a base móvel, se não traria melhor resultado por ser um ato de fator surpresa. O Sr. Abilio respondeu dizendo que de fato seria interessante, mas que a intenção final é manter a presença no território, o que não impede de ter uma base móvel funcionando simultaneamente se verificado essa necessidade. O Sr. Paulo, representante da Ecoporé, parabenizou o NGI, ressaltando a importância e os resultados positivos da proteção sobre as atividades relacionadas ao monitoramento da biodiversidade e recuperação de áreas degradadas. E perguntou se no planejamento das atividades é feito um mapeamento das atividades ilícitas que migram de uma UC para outra, onde muitas vezes se sabe quem é o responsável, se isso envolve outros órgãos para discussão ou se existe esse pensamento de mapear e compartilhar informações dentro do ICMBio. O Sr. Abilio respondeu informando que não tem conhecimento de ninguém do ICMBio que trabalhe diretamente com isso, e que esse conhecimento o NGI Porto Velho possui por causa de uma verificação costumeira na elaboração de estratégias, devido as experiencias dos servidores nas UCs, e que entende que esse tipo de mapeamento já é feito pelos órgãos judiciais. Informou também que recentemente o ICMBio criou um núcleo de inteligência interno, e que futuramente essas ideias podem ser avaliadas. O Sr. Aquilas tomou a palavra informando que enxerga dificuldades nessa questão, que existe um sistema de informação interna que subsidia as instituições de segurança, mas somos pequenos e limitados para fazer esse mapeamento e estabelecemos prioridades para realizar bem as atividades de comando e controle, fazendo o que está ao nosso alcance. O Sr. Cajueiro, representante do INPA, perguntou se o IBAMA realiza os trabalhos de fiscalização em madeireiras verificando a origem do recurso, se isso tem efeito significativo em áreas próximas as UCs. O Sr. Abilio informou que o IBAMA faz fiscalizações, que possui um sistema específico com essas informações, mas que o NGI não possui acesso a ele, por isso geralmente ocorre parceria com eles nessas ações. O Sr. Cajueiro ressaltou que entende a importância desse trabalho em conjunto, onde realmente traz bons resultados. A Sra. Bárbara, servidora do ICMBio, tomou a palavra para complementar informando o planejamento da agenda do fogo e as estratégias relacionadas ao manejo integrado do fogo dentro do PARNA Mapinguari, que traz colaboração

para unidade ser consolidada e diminuir impactos negativos na UC. O Sr. Antônio da ASSAJAMU, tomou a palavra questionando se todos conhecem os vizinhos do PARNA, informou que antigamente todos viam o ICMBio como inimigos, questionou se não seria época de apoiar mais para mudar essa ideia que as pessoas têm, investindo em palestras para comunidades e associações, para todos entenderem a realidade e apoiarem a conservação da biodiversidade, sendo até parceiros do ICMBio. O Sr. Áquilas respondeu que essa questão é muito importante, que estamos caminhando pra executar as políticas de boa vizinhança, que temos uma coordenação específica pra promover essa aproximação com as comunidades de dentro e do entorno do PARNA, e expos os planos de investir em ações socioambientais. A Sra. Madalena pontuou de buscar apoio também com instituições parceiras que possam contribuir com alternativas econômicas sustentáveis. O Sr. Áquilas informou que temos a preocupação de realmente realizar trabalhos que tragam resultado significativo, não apenas aparecer de mãos vazias. O Sr. Abílio tomou a palavra para complementar que a fiscalização vai ser constante, o que também garante a segurança da comunidade, e que as coordenações dialogam para que não aconteça atos arbitrários com os moradores tradicionais, temos essa visão dentro do NGI, efetuando um trabalho específico para as comunidades. O Sr. Antônio frisou que apesar da maioria temer o ICMBio, ele quer somar em um resgate da importância do órgão, recebendo todos muito bem, para que parceiros apareçam e tragam benefícios para a comunidade. A Sra. Adriana tomou a palavra pra ressaltar a importância da fala do Sr. Antônio, que temos todo um cuidado, que nos esforçamos pra envolver a comunidade, e enfatizou a importância do diálogo pra entendermos as necessidades da comunidade e como lidar com as coisas. A servidora Tatiane, do ICMBio, tomou a palavra encerrado as discussões nesse primeiro bloco e estabelecendo um período de intervalo que foi das 10:59h até 11:19h. Após o intervalo, a Sra. Tatiane iniciou sua apresentação referente a Proposta de Renovação dos Termos de Compromisso dos Castanheiros do Rio Umari, ela explicou que de acordo com a Lei do SNUC o uso direto de recursos naturais dentro do PARNA não seria autorizado por ser uma unidade de proteção integral, no entanto foi verificado um histórico tradicional de uso dos recursos naturais nesta UC, estabelecendo-se um conflito, sendo necessária a busca de soluções para responder o que poderia ser feito sobre os usos tradicionais de populações sobrepostos nas UCs com categorias mais restritiva, caso do Mapinguari. A mesma explicou que quando o parque foi criado, em 2008, haviam comunidades no sul do Amazonas que já faziam historicamente o manejo dos recursos naturais, com grande destaque para a castanha, então foram identificadas em quais comunidades se fazia essa atividade. Com este monitoramento, observou-se que os usuários tradicionais não moram permanentemente dentro da UC, e suas principais áreas de atuação são as cabeceiras dos rios. Ela seguiu explicando que em meados de 2014, quando foi criado o plano de proteção do parque a atividade foi classificada como ilegal, devido a categoria de proteção integral, essa decisão foi tomada através de consultas jurídicas e o entendimento funcionava dessa forma, seguindo as diretrizes da categoria, ações de fiscalização foram executadas com o foco em coibir, entre outras práticas, a coleta de castanha.

Esse movimento institucional do ICMBio gerou conflitos, pois as populações continuaram entrando, e foram alvos de autos de infração e apreensão dos materiais, o que gerou uma comoção social grande, onde junto com associações locais as comunidades procuraram o Ministério Público Federal no Estado do Amazonas para fazer as mediações. Após isso o ICMBio fez atividades de estudo e monitoramento para identificar as comunidades, priorizando as que estavam perto do Rio Umari, por estar mais vulnerável sem acesso a políticas públicas, então a gestão do parque juntamente com o MP estabeleceu um esforço em trazer alternativas de renda e capacitação pra poder fomentar uma melhor atuação no uso dos recursos naturais na região, e por consequência ajudar na conservação. Como resultado dessa mediação o ICMBio propôs pra essas comunidades um projeto, financiado pelo ARPA, pra fomentar ações de capacitação e incentivo produtivo, tendo como exemplo a construção da sede da associação, ações de capacitação, instalação de unidades demonstrativas de SAF's, produção de mudas e construção de viveiro, capacitação em produção de biojóias, tudo isso pra melhorar e capacitar visando uma melhor diversificação dos usos dos recursos naturais. No entanto a conclusão foi que somente as ações de capacitação e incentivo à infraestrutura socioambiental não seriam suficientes para dizer que a comunidade não dependeria mais da castanha de dentro do parque, então a decisão conjunta MPF/ICMBio foi que a coleta da castanha deveria ser mantida, em função das condições das famílias com perfil dependente desses recursos, e que para isso, o ICMBio deveria procurar dispositivos de conciliação pra regulamentar essa atividade, o que gerou os Termos de Compromisso, uma ferramenta transitória com vigência de 5 anos, que estabeleceu regras para manter a viabilidade de permanecia da conservação ambiental e as necessidades econômicas e sociais das comunidades. No caso do Mapinguari, as famílias não residem permanentemente em seu interior, mas tem um território de uso temporário dentro do parque. Foram assim assinados efetivamente os TCs na data de 28/12/2018, e esse histórico é todo documentado em um processo administrativo do ICMBio. Os TCs foram desde então monitorados, conforme orienta a Instrução Normativa de referência e após a transição de quase 5 anos após a assinatura, os resultados deste monitoramento foram analisados, gerando resultados importantes para a atividade. A servidora Adriana do ICMBio, tomou a palavra para apresentar os resultados dos 5 anos de atuação do termo de compromisso junto à comunidade, que é uma forma de subsidiar as decisões que serão feitas a partir de agora no final da vigência de legalidade desse termo, com a intenção de garantir esses usos. Ressaltou também a importância do monitoramento das atividades da coleta da castanha e informou que foram analisados os dados das fichas de coletas, que informa a identificação do castanheiro, o tempo de manejo do castanhal, o número de famílias coletoras, a quantidade estimada de castanheiras, o período da expedição, a quantidade de castanha coletada, o número de castanheiras manejadas, o valor de venda da safra, e os gastos para financiamento da coleta, sendo essas fichas distribuídas anualmente aos castanheiros pra entendermos os resultados desse trabalho. A mesma também expos os resultados da oficina participativa de avaliação e consulta quanto à proposta de renovação dos termos de compromisso em

vigência entre o ICMBio e os castanheiros do Rio Umari que ocorreu no dia 03 de outubro de 2023, e apresentou os resultados das análises de tempo de exploração (anos), o total de castanheiras/castanheiras coletadas, total de castanhas vendidas, valor total e médio de vendas, e a média de gasto com média de lucro (gráfico exposto no slide em anexo), expondo os fatores positivos e negativos, bem como as dificuldades apresentadas nesses 5 anos, principalmente devido ao período da pandemia que trouxe oscilação de resultados entre 2020 e 2022. O Sr. Paulo, pontuou as dificuldades de análises dos dados apresentados. A Sra. Adriana informou que a intenção é refinar as perguntas das fichas pra melhor clareza nos resultados. O Sr. Raimundo, representante da UEA, ressaltou que dá pra entender os resultados de lucro se forem relacionadas com a demanda de oferta e procura do ano. O Sr. Áquilas, tomou a palavra informando que acredita quer ocorreu um equívoco nos cálculos, por não ser considerado o desvio padrão e as disparidades de dados no cálculo da média, que é uma questão de tratamento de dados estatísticos, que o NGI pode avaliar melhor posteriormente. Os Srs. Jeronias e Raimundo, representantes da Comunidade dos Castanheiros, tomaram a palavra pra informar diferenças de venda de acordo com a região, onde umas pagam mais pela castanha, por isso os resultados vão oscilando. A Sra. Adriana retomou a palavra informando que realmente os dados tem ficado inconsistentes, estamos trabalhando para melhorar e ter a segurança anual das informações. A mesma seguiu apresentando dados dos valores gastos para a coleta das castanhas e seus lucros, onde surgiu pontos de atenção para verificação da sustentabilidade e viabilidade da atividade, e que isso foi analisado com os castanheiros na oficina, e que o aprimoramento da ficha está sendo pensado para 2024. O Sr. Paulo, informou da existência de um aplicativo que ajuda na sistematização dos dados, e se colocou à disposição para ajudar, ressaltou que no Programa Monitora também são analisados dados da parte produtiva e que possui pesquisas com resultados interessantes, e que é importante a capacitação dos castanheiros. A Sra. Adriana agradeceu as sugestões e disse que o monitoramento da castanha está no radar do NGI. A Sra. Tatiane tomou a palavra pra chamar atenção sobre o horário, perguntou se a reunião pode ser estendida até 12:30h, ninguém se opôs. O Sr. Irismar, tomou a palavra pra esclarecer que o castanheiro, devido ao seu conhecimento tradicional, sabe como vai ser o lucro do ano, analisando os castanhais, e que em alguns casos os castanheiros, mesmo sabendo que não vão ter muito lucro, fazem questão de ir em castanhais que tem importância pra sua família por ser considerado uma área de valor cultural e histórico dos seus pais ou seus avôs, por isso a importância das ações de comando e controle para manter essas áreas, e é necessário esse olhar para as comunidades que também pagam preço em proteção da sua maneira, e merecem também um investimento financeiro, podemos ser parceiros do parque. A sra. Adriana informou que entende a questão e que os resultados analisados para a continuação da atividade vão além dos lucros obtidos. A Sra. Tatiane pontuou também que essas oscilações de lucro são normais em todo tipo de negócio. O senhor José, representante da COOGAMPA, tomou a palavra pontuando as ações da FUNAI dentro do parque, que foi encontrado vestígios de índios isolados na UC, perguntou se o ICMBio tem atividades alinhadas com

a FUNAI para proteger essas comunidades e também impedir possíveis problemas territoriais, e fez um apelo para mais transparência nos órgãos de onde estão essas comunidades isoladas. O Sr. Áquilas tomou a palavra respondendo que a existência dessas áreas não dá competência para a FUNAI dentro das UCs, informou que isso precisa ser muito bem trabalhado, que há um acordo do ICMBio com a FUNAI para que as informações sejam passadas para a gestão do parque, e que a localização desses povos bem como as atividades na região está sendo trabalhada em comum acordo, e que é necessário entender que essas informações ainda não foram alinhadas localmente para serem passadas. A Sra. Tatiane tomou a palavra para informar que com a retomada do conselho podemos contribuir com informações para nos situarmos dessas questões no território, e que esse encaminhamento é interessante para todos os envolvidos. Após isso, a mesma, retomou ao fechamento da proposta de renovação dos termos de compromisso dos castanheiros, informou que conforme já exposto, a vigência termina em 2023 e o NGI realizou uma oficina com a comunidade local para saber como eles estão entendendo a sua visão de futuro em relação a esses termos, informou que a visão atual do ICMBio é de renovar sim esses termos, inclusive como uma forma de fortalecimento da proteção da UC em relação ao que o Sr. Abílio trouxe sobre as pressões na região, onde a existência dessas famílias atuando de forma sustentável na região fortalece os resultados de implementação do parque. Prosseguiu informando que sob esse cenário, o ICMBio juntamente com a comunidade chegou ao entendimento de que era sim importante a renovação desses termos de compromisso, no entanto houveram mudanças jurídicas nos últimos anos, uma delas é que houve o entendimento recente da Procuradoria Federal do ICMBio no que tange a medida transitória do temo de compromisso, onde a exigência de que o termo precisa de um tempo de vigência não é mais considerada, pois analisaram a repercussão do Parecer 175 de 2021 PFE/ICMBio que reconhece o uso tradicional como um direito constitucional aos povos tradicionais, se sobrepondo inclusive ao Art. 42 do SNUC, assim, havendo dependência constatada dos recursos naturais para reprodução material e cultural (anterior a criação da UC e de ocorrência sustentável), há de se buscar a compatibilização dos direitos de forma permanente, ressaltando que isso é uma determinação geral, mas cada caso deve ser analisado, pois isso estamos nos aperfeiçoando na análise de dados, mesmo tendo questões a serem melhoradas quanto ao monitoramento dos TCs, todos os envolvidos concordam que os resultados foram positivos. E continuou informando que nesse momento de proposição de renovação, foram pontuados requisitos e melhorias necessárias ao TC, acordados junto aos castanheiros durante a oficina, sendo: na parte I de definições sugere-se a exclusão dos termos meeiro, de freguês e patrão, sendo a nova redação: Não será permitida relações de trabalho que impliquem exploração de mão de obra e em desacordo com as Leis trabalhistas. Na parte VI - Das Restrições, propõe-se a exclusão de: VI-Exploração dos castanhais na modalidade de freguês ou meeiro. Na parte VIII - Do Acompanhamento, na Cláusula Nona: Está em análise a permanecer a participação do MPF/AM como componente da Câmara Técnica. Na parte X - Da Vigência, na Cláusula Décima Quarta, propõe-se que a renovação do TC não mais será atrelada à solução de

caráter definitivo à exploração dos castanhais, sendo excluída a previsão temporária de vigência. A relação de beneficiários foi revista e atualizada, diminuindo o número de TCs. A mesma concluiu sua apresentação informando que essa é a proposta para o Conselho, e que pode ser disponibilizada cópia desse termo para maiores análises caso alguém tenha interesse, e perguntou o que o conselho manifesta sobre o que foi apresentado, perguntou se alguém teria alguma manifestação contraria sobre o que foi proposto. Ninguém se manifestou, concluindo pela aprovação da proposta por parte do Conselho. A Sra. Tatiane concluiu então a pauta do TC, e abriu para demais contribuições. O Sr. Irismar perguntou se esse tipo de termo poderia ser ampliado para outras categorias, relacionado aos tabuleiros de quelônios, ressaltando a importância da proteção, se não poderia haver um trabalho nessa área envolvendo a comunidade. O Sr. Abilio tomou a palavra trazendo um contexto das atividades de instalação dos tabuleiros nas RESEX Ituxi e Médio Purus, onde foi feito um estudo dos rios em que se aplicavam essa instalação devido as zonas de reprodução das espécies, devido a esse estudo técnico foi estabelecido os lugares de foco e trabalho da proteção, bem como maiores investimentos. O Sr. Áquilas pontuou que entende que a preocupação do Sr. Irismar não é so com proteção, mas sim com o manejo de fauna, e explicou que por ver os quelônios como um dos grupos principais a ser protegido no parque, o manejo se torna difícil. O Sr. Irismar ressaltou que não está falando de manejo de uso, mas sim proteção, seguindo os modelos da implantação dos tabuleiros. O Sr. Abílio frisou os estudos realizados, onde seria mais viável essa proteção, e que foi trabalhado com a comunidade, que era capacitada para manejar esses quelônios dentro dos tabuleiros e fazer a proteção, o que trouxe resultados positivos para as outras UCs proximas. O Sr. Áquilas tomou a palavra pra estabelecer pautas pra próxima reunião, sendo ela um resgate de todo o histórico dessa pauta de tabuleiros de quelônio, avaliando a viabilidade para o PARNA Mapinguari, convidando as equipes das RESEX Ituxi e Médio Purus, pontuando as ações de fiscalização na boca do Rio Mucuim. O Sr. Áquilas, em nome do NGI ICMBio Porto Velho, agradeceu a presença e as contribuições de todos, e às 12:38h declarou encerrada a reunião. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Nicole Oliveira Pereira da Silva, Agente Temporária Ambiental do NGI ICMBio Porto Velho, informo que lavrei a presente Ata, contendo em anexo as apresentações expostas na reunião e a lista com as assinaturas dos presentes.